

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre – IPREM de 2025.

No dia 16 de abril de 2025 reuniram-se, às 14h10min, presencialmente, na sede do IPREM, os membros do Comitê de Investimento, André Albuquerque Oliveira, presidente do Conselho Deliberativo, Daniel Vieira, Diretor-Presidente do IPREM e Evelyn de Sousa Faria, Diretora Financeira. Eugenio Mozart Silva Filho, presidente do Conselho Fiscal e Rafael Fernandes de Oliveira, Diretor de Administração. Os membros se reuniram para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

- 1) Apresentação - Morgan Stanley Investment Management**
- 2) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos;**
- 3) Apresentação das Receitas e Despesas de março/2025;**
- 4) Apresentação do cenário econômico;**
- 5) Movimentação de recursos dos fundos do IPREM.**

Quanto ao item 1: O sr. Thiago Cavalcante, economista do Morgan Stanley, apresentou o banco. Comparou o MSIM aos 4 maiores gestores de ativos, ressaltando que eles são caracterizados pela gestão passiva, ou seja, replicar o índice de referência, enquanto o MSIM tem foco em gestão ativa para superar o índice de referência, com uma taxa maior que fundos passivos (ETFs - gestão passiva). O representante falou sobre o cenário econômico mundial, falou sobre a conjuntura americana com a taxação, tentativas de redução de déficit fiscal e redução de tributos. Que há muita volatilidade no mercado, mas há algumas perspectivas otimistas e oportunidades de rebalanceamento de carteira. MSIM não vê cenário base de recessão nos EUA, já que há sinais de força da economia americana e oportunidades de investimento. Que as tarifas vão impactar empresas e consumidores mas no curto prazo. Que a gestão passiva pode não ser suficiente para garantir ganhos no cenário atual. Sobre renda fixa, falou sobre renda fixa emergente para diversificação do portfólio, em especial no Brasil.

Quanto ao item 2: Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos referente a março de 2025. A **carteira líquida** teve rentabilidade mensal positiva de R\$ 7.205.819,36 no percentual de 1,62%. A rentabilidade acumulada no ano é positiva em R\$ 15.428.445,23, equivalente ao percentual de 3,51%. A **carteira ilíquida** teve, no mês, rentabilidade negativa de R\$ 1.549.099,25, representando o percentual de -3,73%; a rentabilidade acumulada no ano é negativa de R\$ 4.684.370,36, no percentual de -10,49%. Na **carteira total**, no mês, o resultado positivo foi de R\$ 5.656.720,15, equivalente ao percentual de 1,16%. A rentabilidade anual é positiva em R\$ 10.736.878,84, equivalente ao percentual de 2,22%, ficando 67,27% em relação à meta atuarial para o período, que foi de IPCA + 5,04%. Foi apresentada a tabela de acompanhamento da PAI. Não há nenhum desenquadramento em artigos da Resolução CMN 4963/2021, porém há 6 fundos com o patrimônio superior ao permitido por fundo. **O relatório foi aprovado por unanimidade.**

Quanto ao item 3: A Diretora de Contabilidade encaminhou as informações referente às Receitas e Despesas de março de 2025, que foram apresentadas conforme segue: as receitas e despesas orçamentárias da fonte de recurso fonte 1800. No período de fevereiro as receitas orçamentárias fonte 1800 oriundas de contribuição previdenciária totalizaram R\$ 5.842.738,25; COMPREV: R\$

265.871,68. Aluguel: R\$ 15.180,00. Restituições: R\$ 2,40. O valor total das receitas: R\$ 6.123.792,33. A despesa orçamentária empenhada na fonte 1800 e 2800 oriunda de despesas como aposentadorias, pensões, COMPREV e sentenças judiciais totalizou o valor de R\$ 7.931.401,61.

Quanto ao item 4: Segundo boletim informativo da Caixa, os EUA, acerca dos dados de atividade divulgados ao longo de março, as vendas no varejo de fevereiro registraram alta de 0,2%, abaixo das expectativas de 0,6%. A produção industrial cresceu 0,7% na margem, superando as estimativas de 0,2%. Em comparação anual, o indicador variou 1,6% ante 2,3%. Entre os principais grupos de mercado, houve avanços em bens de capital (1,6%), bens intermediários (1,0%) e construção (1,0%). O nível de utilização da capacidade instalada acelerou para 78,2%, acima das expectativas de 77,8%. No tocante à inflação, o índice medido pelo CPI, em fevereiro, variou 0,2% (M/M), desacelerando de 3,0% para 2,8% (A/A) em 12 meses. Já a inflação medida pelo PCE avançou 0,3% na margem, com aumento anualizado de 2,5%, enquanto o núcleo cresceu 0,4% (M/M) e acelerou para 2,8% (A/A). Acerca do mercado de trabalho, foram criadas 151 mil vagas de emprego não-agrícola em fevereiro, com a taxa de desemprego subindo para 4,1%. No mês, o FOMC decidiu manter a taxa de juros entre 4,25% e 4,50% A/A e anunciou revisões nas projeções econômicas, destacando ajustes no PIB, desemprego e inflação PCE, revelando inconsistências nas projeções. Mantém-se a previsão de apenas um corte na Fed Funds Rate para este ano. Na Zona do Euro, a inflação, medida pelo CPI (fev/25), desacelerou de 2,5% para 2,3% (A/A), abaixo das expectativas. Os preços de Alimentos e Bebidas aceleraram para 2,7%, enquanto os preços de energia desaceleraram para 0,2%. Os preços dos serviços também desaceleraram, passando de 3,9% para 3,7% (A/A). Mensalmente, o CPI registrou alta de 0,4%, e o núcleo do CPI variou 0,5%. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego foi de 6,2% em janeiro, abaixo das expectativas. Na Alemanha e França, a taxa se manteve estável, enquanto na Espanha e Itália houve recuo. O desemprego entre os jovens diminuiu para 14,1%. Acerca da atividade, a produção industrial avançou 0,8% em janeiro, superando as expectativas. Já o volume de vendas do comércio varejista recuou 0,3%, na mesma base de comparação. Em termos de política monetária, o BCE reduziu suas taxas de juros em 25 bps na reunião de março, destacando no comunicado que os preços devem se estabilizar em torno de 2%, mas que a inflação permanece alta devido ao ajuste nos salários e preços em alguns setores. As projeções foram revisadas, com ajustes no núcleo da inflação e crescimento do PIB, sem descartar uma pausa no ciclo de flexibilização. Em março na Ásia o destaque foi para a China, com a divulgação do seu plano de incentivo ao consumo, com medidas de expansão da renda, aumento dos gastos sociais com subsídios para serviços voltados à infância, incentivos ao setor de serviços, principalmente relacionados aos cuidados com saúde e ao turismo, entre outros. O plano é mais um indicativo positivo de que a preocupação do governo com o problema do consumo interno de fato aumentou. É importante mencionar, no entanto, que o plano não fornece detalhes operacionais, não esclarece quanto e como as novas políticas públicas começarão a entrar em vigor, além do quanto de recurso efetivamente será direcionado para cada uma delas, de modo que mais detalhes deverão ser fornecidos ao longo do ano. Acerca dos indicadores domésticos de atividade divulgados em março, a produção industrial (jan/25) teve variação nula na margem mensal. Do lado positivo, destaque para bens de capital (4,5%). Do lado negativo, destaque para bens intermediários (-1,4%). Já o volume de serviços teve queda de 0,2% (M/M) na mesma base de comparação, refletindo “Serviços prestados às famílias” (-2,4%), “transportes”, “serviços auxiliares aos transportes e correio” (-1,8%) e “serviços profissionais”, administrativos e complementares (-0,5%). No que concerne ao mercado de trabalho, em março tivemos a divulgação dos empregos

formais (431.995 em fevereiro). Destaque para a volta do protagonismo do setor de serviços (254.812) e taxas positivas bem disseminadas nas aberturas. No front fiscal, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$104,1 bilhões em janeiro. Esse resultado foi proveniente de um superávit do governo central de R\$83,1 bilhões, um superávit dos governos regionais de R\$22,0 bilhões e um déficit nas empresas estatais de R\$1,0 bilhão. No dado acumulado de 12 meses até janeiro, o setor público consolidado apresentou resultado primário deficitário em R\$45,6 bilhões (0,38% do PIB), com uma redução de 0,02 p.p. com relação a dezembro. A inflação medida pelo IPCA avançou +0,56% (M/M) em março, desacelerando em relação ao observado no mês anterior +1,31% (M/M). Com isso, o índice acumula alta de +5,48% em 12 meses (ante +5,06% em fevereiro), acelerando assim nessa base comparação. A maior contribuição para a variação do índice partiu do grupo “Alimentação e bebidas” influenciado pelo aumento dos itens de alimentação no domicílio com destaque para tubérculos, raízes e legumes. Na decomposição do indicador, os “preços administrados” avançaram +0,18% em março (ante +3,16% de fevereiro) influenciados principalmente pelo preço do item Cartório (+0,99% ante -0,64% na leitura anterior). Já os “preços livres” aceleraram (de +0,68% para +0,7%) se tornando os principais vetores do IPCA. Na abertura dos preços livres, produtos industriais e serviços desaceleraram de +0,4% para +0,38% e de +0,82% para +0,62% respectivamente. Por outro lado, alimentos aceleraram de +0,79% para +1,31%. A média dos núcleos desacelerou na comparação mensal (de +0,6% para +0,51%), enquanto quando observada a variação acumulada em 12 meses acelerou (de +4,66% para +5,02%). Em março, o COPOM elevou a taxa básica de juros – SELIC, de 13,25% para 14,25% a.a., maior nível desde julho de 2015. No comunicado pós decisão, a autoridade monetária deu indícios de que o ritmo de altas deve diminuir na próxima reunião. Na Ata da reunião, divulgada no finalzinho do mês, o COPOM reforçou a preocupação com a inflação e destacou o cenário externo desafiador, especialmente nos EUA. No ambiente doméstico, o Comitê observou moderação no crescimento e redução do consumo das famílias, com expectativa de recuperação no primeiro trimestre de 2025. No documento, o Comitê enfatizou ainda a importância de canais de política monetária desobstruídos e mencionou que a inflação acumulada em doze meses permanecerá acima do limite da meta, exigindo uma restrição monetária maior e prolongada.

Quanto ao item 5: Foi proposta a seguinte movimentação: no mês de maio, aproximadamente 15 milhões serão amortizados de NTN-Bs, incluídos cupons, e foi sugerida a aplicação dos recursos no fundo “Itau Institucional Referenciado DI”. A movimentação se justifica pela necessidade de direcionar recursos oriundos de NTN-Bs com vencimento em 2025 até que sejam avaliadas oportunidades de alocação em outros segmentos. O fundo é de baixa volatilidade (CDI) e observa a PAI. Na movimentação há risco de crédito pois o fundo que receberá os recursos contém títulos privados. Há pouco risco de mercado pois o fundo DI está atrelado à renda fixa e tem volatilidade muito menor. Há riscos associados à taxa de juros e à inflação, embora sejam muito mais controlados do que no caso da renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no “Manual do Departamento de Finanças”. Há pequeno risco jurídico por conta dos créditos privados que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há pouco risco sistêmico pois Fundos DI são mais estáveis e menos voláteis, mas ainda estão sujeitos a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposta a seguinte movimentação: resgate de 1,5 milhões sendo 1 milhão do Fundo “BB Energia” e 500 mil do Fundo “BB Financeiro” para

aplicação no fundo “BB Previdenciário Renda Fixa Perfil. A movimentação se justifica para seguir à orientação da PAI diminuindo à exposição em renda variável nacional (art. 8, I “à” da Resolução 4.963) e realocando os recursos em renda fixa (art. 7, III, “à” da Resolução 4.963) aproveitando o momento, pois os fundos de renda variável tiveram valorização expressiva. Na movimentação o risco de crédito permanece o mesmo pois o fundo que receberá os recursos contém títulos privados, enquanto o fundo de onde os recursos serão resgatados é de renda variável, que geralmente não têm risco de crédito como principal preocupação, pois esse tipo de risco está mais associado a investimentos em dívida, como títulos públicos ou privados, porém há possibilidade de o fundo falir. Há redução de risco de mercado, pois ao movimentar de um fundo de renda variável para um fundo referenciado DI, o fundo DI está atrelado à renda fixa e tem volatilidade muito menor. Há riscos associados à taxa de juros e à inflação, embora sejam muito mais controlados do que no caso da renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequena alteração no risco jurídico por conta dos créditos privados que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há redução de risco sistêmico pois Fundos DI são mais estáveis e menos voláteis, mas ainda estão sujeitos a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.** Foi proposta a seguinte movimentação: no mês de maio, aproximadamente 900 mil reais serão recebidos pelo COMPREV. Foi sugerida a aplicação no fundo “Itau Institucional Referenciado DI”. Parte dos recursos será resgatada para pagamento dos consignado e de repasses à Prefeitura. A movimentação se justifica pela necessidade de direcionar recursos oriundos do COMPREV até que sejam avaliadas oportunidades de alocação em outros segmentos. O fundo é de baixa volatilidade (CDI) e observa a PAI. Na movimentação há risco de crédito pois o fundo que receberá os recursos contém títulos privados. Há pouco risco de mercado pois o fundo DI está atrelado à renda fixa e tem volatilidade muito menor. Há riscos associados à taxa de juros e à inflação, embora sejam muito mais controlados do que no caso da renda variável. Quanto ao risco operacional, os procedimentos de resgate e aplicação serão os definidos no "Manual do Departamento de Finanças". Há pequeno risco jurídico por conta dos créditos privados que compõem a carteira, possíveis mudanças regulatórias e eventuais problemas específicos da gestora. Há pouco risco sistêmico pois Fundos DI são mais estáveis e menos voláteis, mas ainda estão sujeitos a cenários extremos que afetem a economia ou a política monetária. **A movimentação foi aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 16h45min. Foi lavrada por mim, André Albuquerque, a presente ata, assinada por todos os membros presentes do Comitê de Investimentos.

Daniel Ribeiro Vieira
Presidente

André Albuquerque
Membro

Eugenio Mozart Silva Filho
Membro

Evelyn Sousa Faria
Membro